

Avaliação Externa das Escolas **Relatório de escola**

**Escola Secundária com 3.º Ciclo
do Ensino Básico
António Inácio da Cruz
GRÂNDOLA**

Delegação Regional do Alentejo da IGE

Datas da visita: 7 e 8 de Janeiro de 2009

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da **Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico António Inácio Cruz, Grândola**, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada nos dias **7 e 8 de Janeiro de 2009**.

Os capítulos do relatório — Caracterização da Escola, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, será oportunamente disponibilizado no sítio da IGE em: www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico António Inácio da Cruz (ESAIC), inaugurada em 1964, situa-se na sede do concelho de Grândola. Inserido na denominada região do Alentejo Litoral e distribuído por cinco freguesias, este concelho é composto por uma população aproximada de 15 000 habitantes, da qual 67% trabalha no sector terciário, 18% no secundário e 15% no primário.

O estabelecimento de ensino, constituído por um único edifício, dispõe de um ginásio, de gabinetes de trabalho, de uma área administrativa, de oficinas, de laboratórios, de anfiteatro, de salas de aulas, de bufete, de espaço de convívio e de biblioteca. A oferta educativa abrange o 3.º Ciclo, o Ensino Secundário e os Cursos de Educação e Formação (CEF), de Educação e Formação de Adultos (EFA) e Profissionais. O Centro Novas Oportunidades foi criado no presente ano lectivo.

A população escolar é de 365 alunos: 125 no 3.º Ciclo do Ensino Básico (3.º CEB), 180 no Ensino Secundário Regular, 41 nos Cursos Profissionais e 19 nos CEF. Quanto à Acção Social Escolar, 31% dos discentes beneficiam desta modalidade de apoio específico, enquanto que, no tocante às Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, 49% e 50% dos que frequentam, respectivamente, os Ensinos Básico e Secundário, possuem computador, com ligação à Internet.

No que respeita aos docentes que exercem funções na ESAIC, 71% são do Quadro de Escola, 21% do Quadro de Zona Pedagógica e 7% Contratados. No pessoal não docente, dos 23 funcionários do Quadro, 4 celebraram Contrato individual de Trabalho, por tempo indeterminado.

Em relação às habilitações académicas dos pais/mães, 24% têm o 1.º Ciclo, 18% o 2.º, 24% o 3.º Ciclo, 19% o Ensino Secundário e 7% a Licenciatura. Das profissões que exercem, destacam-se as categorias de: "Outros Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio" - 13%; "Pessoal dos Serviços Directos e Particulares, de Protecção e Segurança"- 9%; "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares das Indústrias Extractivas e da Construção Civil" - 7% e "Condutores de Veículos e Embarcações e Operadores de Equipamentos Pesados Móveis"- 7%.

III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS

BOM

A Escola analisa, com regularidade, os resultados escolares dos alunos. A evolução e a melhoria registadas decorrem de uma acção intencional, reflectida na aplicação de diferentes medidas, de que se realçam as tutorias, o trabalho colaborativo em Estudo Acompanhado, as permutas, a diversificação da oferta formativa e a criação das Oficinas de Escrita e de Matemática.

Os discentes participam na vida escolar, cabendo-lhes alguma responsabilização em certas actividades realizadas, num bom ambiente, em que a autoridade é reconhecida. Subsistem, ainda, no Ensino Básico e nas turmas dos CEF, algumas questões, relacionadas com o comportamento, não obstante os progressos já registados.

No intuito de corresponder aos interesses e às necessidades dos alunos, das famílias e da comunidade local, a ESAIC fomentou a implementação dos Cursos de Educação e Formação, de Educação e Formação de Adultos, dos Cursos Profissionais e do Centro Novas Oportunidades.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

BOM

Numa perspectiva de flexibilização, o Conselho Pedagógico, os Coordenadores e Subcoordenadores de Departamento e os Grupos Disciplinares exercem as suas competências, de modo autónomo, enquadradas, no entanto, numa mesma linha orientadora, na prossecução dos propósitos pedagógicos vertidos no Plano Anual de Escola.

A supervisão pedagógica é assegurada pela verificação do cumprimento das planificações e da aplicação dos critérios de avaliação, pela análise dos resultados alcançados e pela interacção, sempre que solicitada, com os docentes que manifestem dificuldades no desempenho.

Os alunos com necessidades educativas especiais e/ou enquadrados noutras situações, consideradas susceptíveis de carecerem de um apoio mais individualizado, são encaminhados para a Psicóloga, afecta aos Serviços de Psicologia e Orientação.

A aposta no alargamento da oferta educativa traduziu-se numa valorização das componentes activas do currículo. As actividades levadas a efeito, no domínio das Ciências e nos Clubes de Físico-Química e de Astronomia, facilitam e valorizam a experimentação e fomentam uma atitude positiva face ao método científico. A dimensão artística e cultural sobressai nos projectos e nas propostas da Biblioteca.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

O Projecto Educativo está desactualizado e é omissivo quanto a prioridades relevadas pela ESAIC, com destaque para as que se prendem com o “Processo de Ensino-Aprendizagem”. Para obviar esta lacuna, foi concebido o Plano Anual de Escola, instrumento orientador, onde se explicitam princípios, metas e estratégias, através das quais a unidade de gestão se propõe cumprir a sua missão.

O Órgão de Gestão conhece as competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente, procura atendê-las na distribuição de funções, independentemente dos condicionalismos com que se depara.

As instalações escolares, constituindo um constrangimento, têm obrigado a uma gestão racional de espaços, no sentido de garantir uma prática pedagógica e científica de qualidade.

A diversificação dos cursos proporcionados, as modalidades de apoio adoptadas e as tutorias são alguns dos exemplos que o estabelecimento de ensino tem privilegiado para corresponder às características e às aptidões dos discentes.

4. LIDERANÇA

BOM

Ao encontro das expectativas dos alunos, das famílias e da comunidade, a Escola alargou o seu leque educativo e formativo, estabeleceu parcerias e protocolos com várias entidades e instituições e incentivou a criação do Centro Novas Oportunidades.

O envolvimento das diferentes estruturas, nas acções que concorrem para a solução de problemas e para a melhoria dos resultados escolares, e a dedicação dos docentes são notórios, embora a comunicação entre os vários órgãos seja uma fragilidade reconhecida e condicionante do desenvolvimento de um trabalho mais articulado entre si.

A ESAIC consegue suscitar sinergias e dinâmicas na procura de novas oportunidades que se repercutam nas aprendizagens e nos resultados dos alunos e que concorram para a qualidade do serviço que presta, junto da sua população escolar e do meio em que se insere. Com o objectivo de favorecer as aprendizagens e de mobilizar os alunos, está implicada num conjunto de projectos e de programas.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

SUFICIENTE

A equipa de auto-avaliação, constituída no ano lectivo de 2007/08, adoptou um modelo de avaliação que, no seu quadro de referência, deu enfoque a cinco áreas. O desenrolar do processo não contou com a auscultação e com o acompanhamento de todos os agentes educativos. Nos quatro relatórios

produzidos, foram identificados os pontos fortes e fracos e apresentadas recomendações. A auto-avaliação não gerou, por ora, alterações significativas na organização, no funcionamento da instituição escolar e nas práticas profissionais. Por outro lado, alguns dos interlocutores não se revêem nas conclusões aduzidas.

O empenho e a motivação dos docentes e dos membros dos órgãos de gestão e das estruturas intermédias, a evolução positiva dos resultados académicos e o bom ambiente educativo vivenciado são factores que propiciam a sustentabilidade do progresso.

IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

O sucesso escolar e educativo dos alunos é uma preocupação da Escola, evidenciada pela análise regular dos resultados académicos, efectuada, ao longo ano lectivo, pelos órgãos e estruturas intermédias (Conselho Pedagógico, Departamentos Curriculares e Conselhos de Turma). O próprio Plano Anual de Escola (PAE), para 2008/09, enfatiza esta vertente, determinando, para tal, objectivos e metas.

Em relação aos anos lectivos de 2005/06 a 2007/08, a unidade de gestão procedeu ao estudo das taxas de sucesso, por ano e por disciplina, e de transição/conclusão, nos Ensinos Básico e Secundário, e dos desvios entre as classificações internas e as de exame.

De acordo com os dados disponibilizados, os resultados do 3.º Ciclo mantiveram-se estáveis e são considerados bons, pelos vários intervenientes, situando-se acima da média nacional. A disciplina de Inglês registou uma melhoria significativa, passando dos 62% (2005/06) para os 92% (2007/08), e os índices de sucesso, em Matemática, estabilizaram em torno dos 70%. Já em Língua Portuguesa e em Ciências Físico-Químicas, verificou-se uma tendência decrescente, apesar de, no ano lectivo transacto, aqueles se terem fixado nos 85% e nos 83%.

No Ensino Secundário, houve um crescimento de 11% nas taxas de transição/conclusão, de 2006 para 2008, com progressos nas disciplinas de Física e Química A, Filosofia e Matemática B, sobressaindo os 100% alcançados nesta última e em Português, Biologia e em Geologia, no ano lectivo de 2007/08. Em contrapartida, assinalaram-se ligeiras descidas em Geografia A e em Matemática Aplicada às Ciências Sociais.

Nos exames do 9.º ano, em 2007 e em 2008, na disciplina de Língua Portuguesa, as médias obtidas pelos alunos (2,8 e 3,0) foram inferiores às médias internas (3,0 e 3,3) e às nacionais (3,2 e 3,3). Situação idêntica ocorreu na disciplina de Matemática, em que os resultados registados (1,3 e 2,2) ficaram abaixo das classificações internas (3,1 e 3,0) e dos valores nacionais (2,2 e 2,9).

No 12.º ano, a Classificação Interna de Frequência (CIF) de Português evoluiu positivamente dos 13,5 (2006) para os 13,6 (2007) e para os 14,3 (2008), contrastando com os valores atingidos, nesse triénio, na avaliação externa (12,7; 11,6 e 10,2). Estes valores superaram a média nacional (11,7 e 11,3), nos dois primeiros anos, e foram inferiores, em duas décimas, no ano de 2008. Entretanto, na disciplina de Matemática, no mesmo período, as CIF oscilaram entre os 12,7, 12,4 e os 13,4. As classificações de exame, cifrando-se em 7,4, 8,2 e em 14,7, colocaram-se, nos anos de 2006 e de 2007, num patamar abaixo ao da média nacional (8,0 e 10,6), se bem que a tenham superado, em 2008 (14,0). As médias de exame de História (8,0; 6,8 e 9,5) divergiram, de forma desfavorável, das CIF (13,7; 13,1 e 13,8) e das médias nacionais (8,9; 9,4 e 11,0).

Para justificar a melhoria dos resultados escolares, foi apontada a implementação de algumas medidas, tais como: estratégias de diferenciação pedagógica, tutorias, trabalho colaborativo em Estudo Acompanhado, o sistema de permutas e a aplicação de apoios e dos planos de recuperação e de acompanhamento. De igual modo, foram mencionadas a diversificação da oferta educativa, a

criação das Oficinas de Escrita e de Matemática, no 3.º CEB, e uma maior motivação dos alunos do Ensino Secundário.

Outros percursos formativos disponibilizados, o papel dos Directores de Turma, as já referidas tutorias e os contactos com os alunos e os encarregados de educação, aquando da análise dos pedidos de anulação de matrícula, são factores que contribuíram para a diminuição das taxas de “abandono escolar/saída antecipada” dos 2,9% (2006/07) para os 1,8% (2007/08), no Ensino Básico, e dos 8,0% para os 3,0%, no Ensino Secundário.

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

A revisão do Projecto Educativo (PE), no ano lectivo de 2005/06, foi da responsabilidade de uma equipa de professores, sem o envolvimento directo dos alunos. O mesmo sucedeu com a elaboração do Plano Anual de Escola, para 2008/09, e com o projecto de auto-avaliação, iniciado no ano lectivo de 2007/08.

O conhecimento do Regulamento Interno, restringindo-se aos direitos e deveres, deriva, em especial, da informação prestada pelos Directores de Turma, sobretudo nas reuniões de recepção aos discentes, no início do ano, onde comparecem também os encarregados de educação.

Tendo assento nos órgãos próprios, os alunos estão representados nos Conselhos de Turma intercalares, em cujas sessões se apreciam assuntos inerentes à turma. A “Formação Cívica”, no 3.º CEB, é um espaço privilegiado na promoção de valores, em particular da cidadania e do respeito mútuo, e na abordagem de temas, com incidência nos domínios da educação ambiental e da educação para a solidariedade e para a igualdade de oportunidades. Na sequência da prioridade enunciada no Projecto Educativo, o PAE define, de forma idêntica, a cidadania, enquanto um dos seus objectivos.

Os discentes colaboram na vida escolar, cabendo-lhes responsabilidades na concretização de algumas acções, de que sobressaem a dinamização da rádio escola, o desenvolvimento de actividades, no âmbito dos CEF e dos Cursos Profissionais (por exemplo, a acção de formação direccionada para o tema do “voluntariado”), do Clube de Físico-Química, do Projecto de “Educação para a Saúde”, da Área de Projecto e na organização de visitas de estudo e de pequenos eventos. Os alunos identificam-se com a Escola e revelam sentido de pertença, com manifesto interesse e preocupação pelos constrangimentos e fragilidades da instituição que frequentam.

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

A comunidade escolar confirma o bom ambiente que se vivencia no estabelecimento de ensino, pautado pelo respeito e pelo reconhecimento da autoridade, pese embora algumas questões que subsistem no Ensino Básico e nas turmas dos CEF. No que a este último caso se reporta, têm-se verificado melhorias, fruto da resolução célere e concertada com o Conselho Executivo, de eventuais situações de indisciplina, a que acresce o trabalho dos professores e dos Directores de Turma, na motivação dos discentes para a consecução das suas tarefas.

O PAE de 2007/08 fixava, como meta, a redução, para 250, das ordens de saída da sala de aula. O número de participações registadas (158), no final do ano lectivo, poderá indiciar uma evolução positiva nesta matéria. A referência um tanto negativa associada aos alunos e às turmas dos CEF, não dissipada em pleno, começa, contudo, a esbater-se, mercê do impacto que aqueles Cursos estão a ter nas atitudes e nos comportamentos de quantos por eles optaram e pela constatação de que esta medida veio minimizar o abandono escolar.

1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

Desde o ano lectivo de 2004/05, a Escola começou a ministrar o 3.º Ciclo do Ensino Básico, alargando, assim, o seu público-alvo. Com o objectivo de captar um maior número de alunos e se diferenciar da E.B. 2,3 D. João de Lencastre, passou a incorporar, na sua componente curricular, o Espanhol, 2.ª língua estrangeira, e, na oferta de escola, a Oficina de Escrita, no 7.º, e a de Matemática, no 8.º ano.

O desempenho dos alunos tem sido valorizado pelas entidades onde decorrem os estágios, em contexto de trabalho, dos Cursos de Educação e Formação e dos Cursos Profissionais, conferindo maior visibilidade a este estabelecimento de ensino.

Em 2007/08, dos 46 alunos que concluíram o Ensino Secundário, 45 ingressaram no Ensino Superior, dados que, no entender da ESAIC, reflectem a qualidade da sua acção educativa.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

A organização pedagógica assenta, sobretudo, no Conselho Pedagógico, nos Departamentos Curriculares e nos Conselhos de Turma. Atendendo à natureza destas estruturas de coordenação e supervisão, no que se refere ao número e à especificidade das disciplinas que as integram, é aos Grupos que compete o trabalho de elaboração de planificações e de testes, a definição de critérios de avaliação, a produção de materiais pedagógicos, e, após análise dos resultados escolares, o delinear de estratégias de superação das dificuldades diagnosticadas. Numa perspectiva de flexibilização, o Conselho Pedagógico, os Coordenadores e Subcoordenadores de Departamento e os Grupos exercem as suas competências de modo autónomo, enquadradas, no entanto, numa mesma linha orientadora, na prossecução das intenções pedagógicas vertidas no Plano Anual de Escola, documento concebido para colmatar a desactualização do Projecto Educativo.

As questões relacionadas com a articulação e a sequencialidade têm merecido uma atenção especial, considerados que foram os resultados da avaliação interna. A articulação intra e interdepartamental é mais evidente na realização de actividades insertas no Plano Anual de Actividades e nos Projectos Curriculares de Turma. Nos Departamentos, procede-se, sempre que possível, à articulação de conteúdos, abrangendo disciplinas, cujos currículos possibilitam uma abordagem simultânea. O facto de um docente leccionar, por vezes, a mesma disciplina a todas as turmas de um ano de escolaridade condiciona o trabalho cooperativo. A continuidade pedagógica, quando as circunstâncias o permitem, é uma das formas de viabilizar a sequencialidade entre os ciclos de ensino.

O PAE define, de acordo com as prioridades apresentadas pela Assembleia, metas mensuráveis que resultaram de uma avaliação prévia e da análise de dados nacionais, concelhios e de escola, no tocante ao abandono escolar e aos resultados dos alunos.

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), em estreita colaboração com os Directores de Turma e com os professores, fomentam acções de orientação vocacional e profissional, para o prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa. O acompanhamento junto das famílias, a este nível, só ocorre, quando as mesmas o requerem.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

O planeamento individual está em consonância com as planificações de longo/médio prazo e respeita as directrizes do Departamento respectivo e do Conselho de Turma e os objectivos e as metas fixadas no Plano Anual de Escola. Para recolha de dados para o processo de auto-avaliação e por motivo da avaliação do desempenho dos docentes, ocorreu, a título experimental, e em regime de voluntariado, a observação de aulas, cujas conclusões se encontram no relatório produzido na área do “Ensino e da Aprendizagem”. Sendo um instrumento fundamental de supervisão pedagógica, esta prática não se encontra generalizada. Assim, a supervisão pedagógica é assegurada pela verificação do cumprimento das planificações e dos critérios de avaliação, pela análise dos resultados obtidos e pela interacção, se solicitada, com os docentes que manifestem fragilidades no seu desempenho.

Nos Conselhos de Turma, estabelecem-se planos concertados de acção e procedimentos de actuação comuns, insertos nos Projectos Curriculares de Turma. Por via destes, e no decurso da sua avaliação, promovem-se a articulação disciplinar, a interdisciplinaridade, as aprendizagens dos discentes e a reformulação de estratégias. Não estando implementada a monitorização da aplicação dos critérios de avaliação, na garantia da confiança nos resultados, o conhecimento que alunos e encarregados de

educação possuem desses critérios, a inexistência de reclamações/recursos e as classificações atribuídas, ao longo do ano lectivo, e as obtidas nos testes intermédios conferem, contudo, credibilidade à avaliação interna.

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

A identificação das necessidades educativas dos alunos acontece, por norma, nos Conselhos de Turma, após a caracterização decorrente da avaliação diagnóstica, no início do ano lectivo, ou por proposta dos docentes. Muitos dos alunos, abrangidos pelas medidas previstas na legislação em vigor para estes casos, e que iniciam na ESAIC o 3.º CEB ou o Ensino Secundário, já vêm sinalizados das escolas de origem. Quando em presença de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e/ou noutras situações, susceptíveis de carecerem de um apoio mais individualizado, é efectuado o seu encaminhamento para a Psicóloga, afecta ao SPO. A docente de apoio educativo, pertencente ao Quadro do Agrupamento Vertical de Escolas de Grândola, dispõe de 6 horas para trabalho directo (5h) e indirecto (1h) com os alunos.

Nos Conselhos de Turma, nos quais estão presentes a Psicóloga e a referida professora, são traçadas estratégias de diferenciação pedagógica e, no 3.º CEB, concebidos, avaliados e reformulados os planos de recuperação e de acompanhamento e os planos educativos individuais. Os alunos e os pais são informados das modalidades e das medidas adoptadas, assinando um compromisso com a Escola.

O Conselho Executivo considera contraproducente o reforço da carga horária, pelo que os alunos naquelas condições são acompanhados, de preferência, na sala de aula. A diferenciação pedagógica, as tutorias, os apoios individualizados e pedagógicos acrescidos, as aulas de recuperação, de carácter transitório, o Estudo Acompanhado, a utilização, em determinados momentos, do par pedagógico, nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, e a criação das Oficinas de Escrita e de Matemática são algumas das soluções encontradas, que têm concorrido para o melhoria do sucesso escolar e educativo dos alunos.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A aposta na diversificação da oferta educativa traduziu-se numa valorização das componentes activas, não só pelas aprendizagens realizadas, em contexto de trabalho, mas, também, pela participação dos alunos na requalificação de alguns espaços escolares, de que é exemplo a construção de rampas. Estas permitem o acesso, por parte de um colega, com limitações de índole motora, às salas de aula e de convívio.

A actividade experimental fomenta o gosto pela prática laboratorial, embora as condições físicas não sejam as mais adequadas. Os Clubes de Físico-Química e de Astronomia e as actividades no domínio das ciências facilitam e induzem a experimentação e favorecem o surgimento de uma atitude positiva face ao método científico. A dimensão artística e cultural ressalta nos projectos e nas propostas da Biblioteca, que proporcionaram o contacto com os artistas Graça Morais e Pedro Teixeira.

A Câmara Municipal de Grândola atribui, anualmente, o prémio Dr. Evaristo Gago, que distingue os melhores alunos que concluem os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário. A Escola não tem instituído o “Quadro de Valor e de Excelência”, nem existem mecanismos sistemáticos de valorização e de publicitação dos pequenos sucessos.

As temáticas e os trabalhos, em Formação Cívica, procuram estimular, nos alunos, uma cultura de exigência e de prestação de contas. A adopção e a interiorização destes valores, no 3.º CEB, repercutem-se no Ensino Secundário, evidenciando os discentes, neste nível, um maior rigor na execução das suas tarefas.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

O Projecto Educativo é omissivo, quanto às prioridades educativas, hoje relevadas pela ESAIC, com destaque para as que se relacionam com o processo de ensino e de aprendizagem. O Plano Anual de Escola de 2007/08 foi o caminho encontrado para obviar o desfasamento do PE, face à realidade actual, e veio enfatizar duas das grandes prioridades já então previstas – desenvolvimento de metodologias adequadas e articulação/comunicação entre órgãos, estruturas, comunidade educativa e mundo do trabalho – e a considerar uma terceira, decorrente da preocupação com a melhoria dos resultados académicos e educativos dos alunos. Ao contrário do que aconteceu no PE, todos os órgãos e estruturas de coordenação e supervisão, com particular realce para o Conselho Pedagógico, foram chamados a cooperar na elaboração do PAE. As prioridades e propostas de acção, consignadas neste plano, são concretizadas através de um apelo, cada vez maior, à intervenção das estruturas intermédias.

A planificação das actividades tem, em geral, por referência o PAE e as Planificações Anuais, de Módulo ou de Unidade e de Aula. A par das orientações determinadas, logo no ano lectivo precedente, pelo Conselho Pedagógico, com base no balanço das actividades desse ano, a ESAIC prepara o novo ano lectivo, promovendo, inclusive, acções de informação junto de outros estabelecimentos de ensino, com vista à captação de novos alunos para os 7.º e 10.º anos.

Os Directores de Turma reúnem, no início do ano, com os encarregados de educação, transmitindo-lhes informação sobre o Regulamento Interno, o regime de assiduidade e os critérios gerais de avaliação, definidos pelo Conselho Pedagógico.

Na gestão do tempo escolar, a Direcção da Escola procura não aumentar a carga horária dos discentes e incentiva a prossecução de estratégias, direccionadas para a diferenciação pedagógica, para o apoio directo aos alunos e, quando possível, para a existência de pares pedagógicos. Os alunos fizeram sentir, no entanto, o seu interesse em beneficiar de actividades extra-curriculares e de outras, no espaço exterior.

De registar a preocupação com a natureza transversal das áreas de Língua Portuguesa e de Matemática, reflectida, por exemplo, na criação das Oficinas de Escrita e de Matemática, no 3.º CEB, no par pedagógico, em Estudo Acompanhado, com a presença de um professor daquelas disciplinas, e na implementação do Plano de Acção para a Matemática.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O Órgão de Gestão, atento a esta matéria, nem sempre consegue potenciar as competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente, em parte, devido a condicionantes administrativas. Esta situação é manifestamente gravosa nos Serviços de Administração Escolar, um dos pontos considerados mais críticos da Escola, pela escassez de funcionários, o que impede a rotatividade e a segregação de funções.

Na distribuição de serviço, e associada à crescente estabilidade do corpo docente, destaca-se a continuidade educativa, a manutenção das equipas pedagógicas e do cargo de Director de Turma, ao longo do mesmo ciclo de estudos, sendo dispensado um especial cuidado na afectação dos professores às turmas dos CEF.

A Escola não dispõe de qualquer plano interno de formação do pessoal docente e não docente, coerente com as necessidades sentidas. A resposta, insuficiente, a estas necessidades de formação ocorre, por norma, via Centros de Formação de Associação de Escolas e tem sido orientada para as áreas das Línguas, das Ciências Experimentais, das Bibliotecas e das Tecnologias de Informação e Comunicação. O relatório de avaliação interna, de 2007/08, identificou, enquanto domínios prioritários, a utilização e a rentabilização da plataforma Moodle e dos quadros interactivos, a

diferenciação pedagógica, a avaliação das aprendizagens, a organização modular, a articulação curricular, o trabalho e a avaliação de competências e o apoio a alunos com NEE.

A recepção e a integração dos novos professores processa-se através do contacto com o órgão de gestão e com os Coordenadores de Departamento, complementado pela sua participação na Reunião Geral de Docentes, realizada logo no início do ano.

O horário de atendimento dos Serviços de Administração Escolar é ajustado às necessidades dos utentes e a qualidade do serviço reconhecida. A vigilância dos espaços é dificultada pelo número reduzido de assistentes operacionais.

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

A área envolvente, de dimensões apreciáveis, é bastante aprazível, não sendo, contudo, encarada como uma mais-valia para o desenvolvimento de actividades de campo, à excepção do verificado em Educação Visual.

As instalações foram, ao invés, consideradas o grande constrangimento da Escola. O edifício, apreciado pelas suas características arquitectónicas, não dá resposta plena às exigências actuais, atendendo ao número de salas de aula disponíveis, à inexistência de sala de desenho e de laboratório de Física, adequado à prática experimental, e aos entraves no acesso a pessoas com mobilidade condicionada. De realçar, porém, neste último aspecto, a colocação de rampas e de outros apoios compensatórios. A ausência de refeitório, dados os transtornos e os perigos associados à deslocação dos alunos mais novos, durante o período de almoço, suscita uma atenção especial do Conselho Executivo.

Têm sido promovidos simulacros e as regras de segurança estão afixadas em sítios bem visíveis, quer nos laboratórios quer nas salas de aula e noutros espaços, incluindo nos corredores. O plano de emergência foi testado e realizaram-se acções de vistoria, pelo corpo de Bombeiros Voluntários de Grândola. A Biblioteca, lugar de aprendizagem por excelência, proporciona aos alunos experiências diversificadas, enquadradas na estrutura curricular e nas competências gerais, e beneficiou, no ano lectivo 2007/08, de uma verba de 2.263€, destinada ao seu funcionamento e à actualização do acervo documental.

O Conselho Administrativo gere o Orçamento da Escola, numa perspectiva de operacionalização do Plano Anual de Actividades. A Assembleia não acompanhou a execução orçamental e revelou alguma incapacidade na análise dos relatórios de contas que lhe foram apresentados, pela especificidade técnica de que os mesmos se revestiam.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Embora seja intuito da Escola atrair os pais/encarregados de educação e divulgar junto de si as suas iniciativas, a participação deles é diminuta, mesmo nas reuniões efectuadas com os Directores de Turma, facto por eles reconhecido. Constatam-se também dificuldades no acompanhamento, em casa, na execução das tarefas, visto que a maior parte dos alunos é proveniente de famílias com baixas condições sócio-económicas e culturais e com fracas expectativas face à escola.

Os pais/encarregados de educação e outros elementos da comunidade educativa estão representados no Conselho Pedagógico e no Conselho Geral Transitório. Segundo os diversos intervenientes, subsistem obstáculos na comunicação entre os diferentes órgãos.

A autarquia e outras entidades cooperam na dinamização de actividades e na resolução de problemas, não obstante as já referidas deficiências de comunicação. A Câmara Municipal de Grândola tem firmado acordos e parcerias com a unidade de gestão, contando esta com a colaboração do Centro de Saúde, dos Bombeiros e de algumas empresas, sobretudo na consecução de estágios.

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

Os responsáveis da Escola e das várias estruturas pautam a sua actuação por princípios de equidade e de justiça e procuram corresponder às necessidades e aptidões dos alunos. A diversificação da oferta educativa, as modalidades de apoio adoptadas, as tutorias e as parcerias estabelecidas são alguns dos exemplos que a instituição tem encontrado para a integração e para o sucesso educativo de todos os discentes, acautelando o abandono escolar e assegurando o acesso a uma educação de qualidade.

Os alunos dos CEF, que, numa fase inicial, manifestaram comportamentos de alguma indisciplina, são hoje, na globalidade, bem aceites, tendo sido fomentadas acções, tendentes ao seu envolvimento em diversos projectos de melhoria das condições físicas e de conforto do estabelecimento de ensino.

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

O Projecto Educativo em vigor não reflecte, na sua plenitude, a realidade actual e não concilia, numa visão global, estratégica e concertada, as diferentes perspectivas que os órgãos de administração e gestão e as estruturas intermédias detêm sobre o futuro desta organização. Neste contexto, e com o objectivo de obviar a situação, o Plano Anual de Escola, aprovado em Conselho Pedagógico, contempla vertentes fundamentais para otimizar a prestação do serviço educativo da ESAIC, apontando para cada uma delas objectivos, metas e indicadores de medida.

Ciente da premência de corresponder às expectativas e às necessidades dos discentes e da comunidade e de captar novos alunos/formandos, a Escola diversificou a sua oferta educativa, celebrou parcerias e protocolos com várias entidades e instituições e impulsionou a criação do Centro Novas Oportunidades (CNO), por forma a promover a qualificação da população adulta.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

As lideranças de topo e intermédias conhecem as suas áreas de acção e agem dentro do quadro legal estabelecido, ainda que a comunicação entre os órgãos de administração e de gestão seja uma das fragilidades da Escola, condicionando o desenvolvimento de um trabalho mais articulado entre si.

A outro nível, são notórios o empenho e a motivação dos docentes, no delinear de estratégias que mobilizam os alunos, e a participação das Estruturas de Coordenação e Supervisão, em acções que contribuem para a solução de problemas e para a melhoria dos resultados escolares e educativos. Realça-se, igualmente, a constituição de equipas pedagógicas, os contributos para os Planos Anuais de Escola e de Actividades, a elaboração dos Projectos Curriculares de Turma e o processo de auto-avaliação encetado.

A articulação entre o Conselho Pedagógico e as estruturas intermédias estimula a emergência de dinâmicas, que têm em vista as metas gizadas no PAE.

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

As iniciativas e as actividades organizadas pela Biblioteca (refira-se, a título de exemplo, a publicação do jornal “Acontece”), as tutorias, a opção pelos Cursos de Educação e Formação, Profissionais e EFA, com as consequentes implicações no trabalho docente, a implementação do CNO e do processo de auto-avaliação ilustram a capacidade da Escola para trilhar novos caminhos.

Do mesmo modo, revelam que, perante o diagnóstico e os constrangimentos identificados, a ESAIC consegue suscitar sinergias e dinâmicas na demanda de novas oportunidades que se repercutam, por um lado, nas aprendizagens e nos resultados dos alunos e que concorram, por outro, para a melhoria do serviço prestado.

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

Neste domínio, a Escola, com o objectivo de facilitar as aprendizagens, de mobilizar os alunos e de viabilizar a realização de estágios, estabelece parcerias com várias entidades, destacando-se a Câmara Municipal de Grândola, através do Gabinete de Apoio ao Empresário, a CERCI, a Santa Casa da Misericórdia, o Centro de Saúde, os Bombeiros Voluntários de Grândola, o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Universidade Aberta. Também tem celebrado protocolos com o tecido empresarial do concelho, desde há alguns anos, a fim de proporcionar formação em contexto de trabalho. Está abrangida, ainda, por projectos/programas, entre os quais a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, o Plano de Acção para a Matemática, o Projecto de Educação Para a Saúde, o Desporto Escolar e o Projecto “Artes na Escola”.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

No ano lectivo 2007/2008, foi nomeada, pelo Conselho Executivo, uma equipa de trabalho, formada por quatro docentes, com a incumbência de iniciar a auto-avaliação da ESAIC. Tendo por base o conhecimento que os membros do grupo detinham sobre avaliação, adoptaram um modelo que, no seu quadro de referência, deu enfoque às áreas do “Contexto e Caracterização da Escola”, “Projecto Educativo”, “Organização e Gestão Escolar”, “Ensino e Aprendizagem”, “Clima e Ambiente Educativo” e dos “Resultados Escolares”.

O desenrolar do processo não contou com a auscultação e o acompanhamento de toda a comunidade educativa. A planificação do trabalho previa a aplicação de inquéritos e de entrevistas, a observação directa de reuniões e de aulas, para recolha de dados, e a divulgação dos relatórios finais, na plataforma Moodle. Com o intuito de o mesmo se revestir de maior fiabilidade, foi criado um grupo, denominado “de focagem”, que procedeu à leitura dos relatórios produzidos, propondo recomendações.

Após o tratamento da informação obtida, foram concebidos, para quatro das áreas referidas, os respectivos relatórios, nos quais se identificaram os pontos fortes e os pontos fracos e se apresentaram as respectivas conclusões. Nesta sequência, em Setembro de 2008, a Assembleia definiu as linhas de prioridade, para o ano lectivo 2008/09.

A auto-avaliação não gerou, por enquanto, alterações significativas na organização e no funcionamento da Escola e nas práticas profissionais, não se revendo alguns dos interlocutores nas conclusões apresentadas. Numa visão prospectiva, a equipa estabeleceu, para o ano de 2008/09, um plano de trabalho, para consolidação e aperfeiçoamento do processo.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

A ESAIC conhece, assim, nas áreas já avaliadas, os pontos fortes e fracos, o que lhe permitiu hierarquizar um conjunto de acções, já insertas nos Planos Anuais de Escola e de Actividades. A concepção de um plano de melhoria depende da continuidade do processo de auto-avaliação e da implicação, mais activa e alargada, de outros elementos da Escola e do meio local.

O reconhecimento da importância da aprendizagem e da escolarização, na vida dos jovens e dos adultos, tem impelido este estabelecimento de ensino a diversificar a sua oferta educativa, alcançando, por esta via, os objectivos traçados.

A evolução dos resultados académicos, a existência de visões complementares sobre o futuro da ESAIC, potenciadoras de um crescimento da instituição, a motivação e o empenho demonstrados pelos docentes, pelos órgãos de administração e gestão escolares e demais estruturas educativas, concomitante com o bom ambiente educativo vivenciado, constituem factores que propiciam a sustentabilidade do progresso.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos da **Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico António Inácio da Cruz** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam a Escola e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- O empenho e a motivação dos docentes, com reflexos nas aprendizagens e nos resultados dos alunos;
- A Biblioteca Escolar, espaço privilegiado na dinamização de acções educativas estimulantes e inovadoras;
- A implementação de medidas de apoio, de que se releva a tutoria, no acompanhamento, na orientação do estudo e na realização de tarefas;
- A diversificação da oferta formativa e a criação do CNO, possibilitando uma maior abertura e colaboração com outras entidades e instituições e contribuindo para a qualificação da população escolar e adulta.

Pontos fracos

- O desfasamento do Projecto Educativo, enquanto documento orientador da acção educativa, face à realidade actual da Escola;
- A dificuldade na comunicação entre os vários Órgãos e as Estruturas de Coordenação e Supervisão, condicionante à tomada de decisões e à monitorização dos processos encetados.

Oportunidades

- O aprofundamento das parcerias, mobilizando a comunidade e os alunos e aproveitando as novas perspectivas de mercado;
- O envolvimento de todos os agentes educativos na consolidação do processo de auto-avaliação e na definição de planos de acção, conducentes à melhoria do serviço prestado e dos resultados dos alunos.

Constrangimentos

- As condições físicas das instalações, com repercussão na organização e no desenvolvimento de actividades;
- A inexistência de refeitório, serviço essencial numa instituição escolar, mormente para os alunos transportados;

- O número insuficiente de pessoal não docente, com implicações no funcionamento geral da Escola e dos Serviços de Administração Escolar;
- A participação dos pais e encarregados de educação na vida da Escola e no acompanhamento dos percursos escolares dos seus educandos.

Em função do Contraditório apresentado pela Escola, este relatório foi alterado no seguinte aspecto:

- na página 12, factor 5.1 – Auto-Avaliação (1.º parágrafo), no 2.º período, onde se lia “(...) deu enfoque às áreas do “Contexto e Caracterização da Escola”, “Projecto Educativo”, “Organização e Gestão Escolar”, “Clima e Ambiente Educativo” e dos “Resultados Escolares.” passou a ler-se: “(...) deu enfoque às áreas do “Contexto e Caracterização da Escola”, “Projecto Educativo”, “Organização e Gestão Escolar”, “Ensino e Aprendizagem”, “Clima e Ambiente Educativo” e dos “Resultados Escolares.”.